

As tramas sociais da experiência de trabalhadores ambulantes em Rio das Ostras*

The social plots of the experience of street workers in Rio das Ostras

Pollyana Luz Macedo da Silva**

Resumo – O presente artigo traz reflexões sobre o trabalho informal, tendo como universo empírico a experiência profissional dos trabalhadores ambulantes integrantes do *Programa Renda Alternativa*, em Rio das Ostras (RJ). Portanto, a pesquisa foi desdobrada em levantamento bibliográfico, além de trabalho de campo com os ambulantes. Por meio desses dispositivos, buscou-se compreender os laços entre informalidade do trabalho e dinâmica capitalista. Os achados da pesquisa mostram que o trabalho ambulante acomete gerações de trabalhadores como consequência do desenvolvimento desigual e dependente do capitalismo, que limita a oferta de emprego. Somado a isso temos os processos de transformações socioeconômicas das últimas décadas, que intensificam as formas de precarização do trabalho, potencializando a chamada informalidade do trabalho. A expropriação do direito ao emprego empurra os trabalhadores para experiências laborativas inseguras e sem proteção social. A repetição entre familiares amplia a percepção da perenidade da expropriação social entre gerações de trabalhadores.

Palavras-chave: modo de produção capitalista; trabalho informal; trabalhadores ambulantes.

Abstract – This article presents reflections on informal work, having as an empirical universe the work experience of the itinerant workers included in the “Alternative Income Program” in Rio das Ostras / RJ. Therefore, the research was deployed in a bibliographical survey, in addition to field work with street vendors. Through these devices, the research sought to understand the links between informality of work and capitalist dynamics. The research findings show that street work affects generations of workers as a consequence of the unequal and

* Este artigo é resultado das pesquisas de dissertação de mestrado realizadas durante os anos de 2012 e 2013 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-Uerj), tendo como apoio e financiamento a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O artigo foi submetido e aprovado pelo respectivo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, com o número de registro: CAAE: 20724513.9.0000.5282.

** Assistente social da Prefeitura de Carapebus/RJ. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS-UFRJ). *Correspondência:* Rua Beira Rio, 669 (fundos-sobrado). Bairro Nova Esperança. Rio das Ostras/RJ. CEP: 28893576. E-mail: <pollyanaluzmello@hotmail.com>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7497-3011>.

dependent development of capitalism that limits the supply of employment. Added to this we have the processes of socioeconomic transformations of the last decades that intensify the forms of precarization of work, enhancing the so-called informality of work. The expropriation of the right to employment pushes workers to unsafe and unprotected labor experiences. The repetition between relatives extends the perception of the perpetuation of social expropriation among generations of workers.

Keywords: Mode of Capitalist Production, informal work and mobile workers.

Introdução

O artigo em tela se insere no campo de estudos sobre o trabalho informal, conhecido, genericamente, como trabalho não regulamentado por contrato jurídico de emprego. A pesquisa adota como universo empírico de investigação a experiência de trabalhadores ambulantes integrantes do Programa Renda Alternativa, da cidade de Rio das Ostras (RJ).

Assim, na primeira parte, abordamos a formação do mercado de trabalho no Brasil e os ciclos de reatualização da heterogeneidade e precarização, sublinhando a experiência histórica da informalidade. O padrão de desenvolvimento urbano-industrial iniciado no país adotou fortes características de atraso, tanto na agricultura, quanto no processo urbano.

Por último, apreciamos, através dos depoimentos coletados, o trabalho ambulante como herança, observando que a atividade é passada de geração a geração nas famílias de trabalhadores desempregados; além disso, encaramos o trabalho ambulante como uma experiência social vivida pelos trabalhadores em sua intermitência entre trabalho formal e informal. São experiências particulares que marcam a trajetória de um grupo específico, inserido num contexto de contradições de classe.

Trabalho no Brasil: ciclos de reatualização da heterogeneidade e precarização a partir da experiência histórica da informalidade

A heterogeneidade das formas sociais de trabalho salta da história da institucionalização e expansão do trabalho assalariado como uma das principais marcas do capitalismo dependente periférico nessa latitude da América do Sul. O trabalho na forma emprego e o trabalho informal atravessam a história do assalariamento no país, após a extinção do trabalho escravo, perdurando no ciclo de modernização.

A história brasileira dos direitos do trabalho é carregada de lutas e resistências pelos trabalhadores, num país que tem características pater-

nalistas, de condução hierárquica e autoritária como carro chefe de Estado. A coerção e o consenso se misturam quando adentramos nas primeiras formas das relações do trabalho no Brasil, no qual as perdas e ganhos da classe trabalhadora em prol dos direitos trabalhistas são sentidos a cada conjuntura histórica e conforme a dinâmica das organizações políticas dos trabalhadores.

De modo geral, a informalidade perpassa a história brasileira desde seus primórdios. Na verdade, “no Brasil, fazer-se trabalhador ambulante constituía uma das estratégias mais antigas e recorrentes entre os segmentos pobres da população” (GOMES, 2006, p. 221), e essa herança atravessou os tempos.

No início do século XX, o capitalismo agroexportador brasileiro necessitava de força de trabalho livre no mercado nesse momento de expansão econômica. A grande maioria dos escravos recém-libertados foi descartada até mesmo deste intento capitalista de ser explorado e usufruído como força de trabalho. O imigrante – a população europeia excedente – virou alvo dos capitalistas nativos e, por isso, das políticas públicas para o trabalho assalariado livre no país.

Para a emergência da força de trabalho no Brasil, além de realizar a expropriação dos meios de produção através do limite ao acesso à terra e aos instrumentos produtivos, foi necessário, igualmente, segundo Kowarick (1987, p. 10), “um conjunto de transformações de cunho mais marcadamente cultural, para que os indivíduos despossuídos [...] não só precisassem como também estivessem dispostos a trabalhar para os outros”.

A questão residia no porquê da não utilização dos trabalhadores livres que se faziam presentes e se aglomeravam no período da escravidão, cujo contingente intensificou-se após a abolição. Dois argumentos se faziam relevantes para a formação do mercado de trabalho ainda nesse período. Um era o movimento higienista, que espalhava o discurso da não utilização da força de trabalho dos brasileiros livres, pois eram denominados inaptos para o trabalho nos moldes do capitalismo clássico, sendo considerados “vadios” e “indolentes”, ou, até mesmo, indisciplinados para o trabalho. Assim, a solução foi a migração de grande parte da força de trabalho europeia, com o intuito de “esbranquiçar” a força de trabalho brasileira, além do discurso de que os imigrantes europeus dominavam e estavam mais acostumados com a rotina do trabalho livre.

Outro ponto relevante neste argumento diz respeito à sua funcionalidade capitalista para a ascensão e acumulação do capital, principalmente se pensarmos que para tal objetivo é necessária uma força de trabalho sobrando – exército industrial de reserva – para o rebaixamento do custo da força de trabalho (KOWARICK, 1987).

Uma das mudanças relevantes a destacar, nesse período, diz respeito à Reforma Pereira Passos, que marcou um novo episódio para a atividade dos trabalhadores informais das ruas, fundamentalmente os localizados

no Rio de Janeiro. A partir de uma noção de higienização da cidade, a reforma consistia em um amplo projeto de urbanização e revitalização, apoiado na crença de que era necessário eliminar as doenças e epidemias (principalmente febre-amarela) que rondavam as ruas e vielas do Rio de Janeiro. Assim, era preciso dar um novo conceito de Brasil que despontava no panorama mundial.

A Reforma Pereira Passos, diante de várias leis e decretos baixados, interferia diretamente no cotidiano, principalmente dos ambulantes e mendigos. “A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo bota abaixo de Pereira Passos teve ou de apertar-se mais no que ficou intocado, ou de subir nos morros adjacentes, ou de deslocar-se para a cidade nova e para os subúrbios da Central” (CARVALHO, 1998, p. 40).

Nessa conjuntura, o trabalhador ambulante da época também seria alvo da reforma urbanística. O primeiro passo foi a regulamentação da atividade, que ocorreu através do Decreto nº 997, de 13 de outubro de 1904, oficializando o funcionamento de feiras nos fins de semana nas ruas e logradouros da cidade do Rio de Janeiro. Visando o controle, por parte do Estado, sobre tal atividade, “os ambulantes sofreram perseguições, controle e críticas, já que suas práticas eram consideradas insalubres e atrasadas. Todavia, nesta época, a preocupação era com a higiene e limpeza da cidade” (GOMES, 2006, p. 221).

Nesse período, o Estado aparecia como guardião absoluto dos interesses da nação, simbolizando uma entidade outorgante de um bem – as leis sociais. Segundo Vianna (1978), entre os anos de 1891 e 1919, a República respirava a ortodoxia liberal no cenário político. O espriar ideológico liberal era sinônimo de modernidade, “acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular” (VIANNA, 1978, p. 47). Nesta época, entendia-se que o indivíduo deve prover por meios próprios sua subsistência, sendo a “questão social” entregue às parcas e fragmentadas ações filantrópicas.

Além do excedente de trabalho, a gênese do mercado de trabalho era caracterizada por “alta instabilidade do emprego, flexibilidade dos salários, ausência completa de legislação trabalhista e uso indiscriminado de mulheres e crianças perfazendo extensas jornadas” (BARBOSA, 2008, p. 210).

Diante da insegurança ocupacional do período, abundância e variedade das ocupações faziam parte do cenário do mercado de trabalho em ascensão, que se fazia heterogêneo. Proliferavam-se trabalhos autônomos das mais variadas prestações de serviços, que subsistiam numa economia de consumo que acentuava as contradições de classe.

O trabalho autônomo especialmente nessa época, não podia ser pensado fora de uma relação determinante pautada pela equação capital/força de trabalho – que permitia no máximo uma reprodução truncada

da classe trabalhadora – pois, em última instância, dependia da renda gerada nesse circuito. E mais, o crescimento horizontalizado desse amplo setor de serviços, vinculado à ‘economia de subsistência urbana’, adequava-se à expansão do setor capitalista e ampliava a sua taxa de acumulação, em vez de se opor a ela. (BARBOSA, 2008, p. 222-223).

Além disso, já se fazia presente o trabalho domiciliar, que ocupava o espaço privado da casa como forma de geração de renda, seja através de artesanato, seja de empreitadas de segmentos da produção têxtil, à qual se vincula a interposição entre a esfera pública e privada.

Em termos de acumulação e expansão do capital, Vianna (1978) ressalta que a composição orgânica do capital não se alterou entre os períodos de 1920 a 1940, décadas marcadas por intensa regulamentação do mercado de trabalho brasileiro, através de leis e resoluções trabalhistas via estatal. Para o autor,

Consequentemente, ao invés da legislação trabalhista ter operado em termos distributivistas, quanto se constituiria num entrave à acumulação, ou mesmo de se ter comportado neutralmente em relação a ela, observa-se que incrementou sua expansão. Isso se dá à disciplina que impôs no parque fabril, sujeitando politicamente o assalariado à dominação do capital, pela dissolução de suas organizações independentes de classe, e por sua contenção no sindicalismo corporativista. (VIANNA, 1978, p. 152).

Para Barbosa (2008, p. 255), a heterogeneidade do mercado de trabalho decorre da necessidade excedente de força de trabalho para a moderna industrialização, além da “ocorrência de mudanças rápidas na composição da classe, em virtude de uma estrutura industrial pautada pela descontinuidade; e [...] aceleração de crescimento demográfico a partir de 1940”.

A inserção no mercado regulado de trabalho, marcado pela desigualdade, começa pela segmentação da classe trabalhadora no início da regulamentação trabalhista, sobre a qual somente segmentos específicos da área urbana detinham direitos. Eram excluídos, assim, os trabalhadores rurais, que compunham a maioria naquele momento. Contribuiu para a intensificação dessa desigualdade a convivência, quase que harmônica, de um dinâmico capital industrial com a “reprodução das desigualdades de acesso a terra, moradia, propriedade, educação, renda, riqueza e serviços públicos” (BARBOSA, 2008, p. 257).

Barbosa (2008, p. 256) explica a informalidade do trabalho nesse período, não como “resultado de uma suposta incapacidade de industrialização, [...] ou de uma condição subdesenvolvida na qual o papel do Estado parece apenas como corretivo”, mas como resultado da ausência de uma regulação estatal universalizante, nos padrões da sociedade salarial.

Do ponto de vista da economia política da totalidade social, significa uma inserção peculiar na divisão internacional do trabalho como capitalismo dependente provedor de trabalho barato e de baixo custo de reprodução social.

Um período sombrio da história brasileira se aproxima em 1964, com forte repressão dos sindicatos e dos trabalhadores como um todo. Os espaços políticos de representação da classe trabalhadora foram esvaziados e as ações relacionadas ao trabalho retornam sua centralidade para o Estado, com um diferencial importante: um Estado autoritário e violento em suas ações.

Netto (2008) caracteriza esse período da história brasileira de “autocracia burguesa”. Para ele, instalou-se um regime político ditatorial-terrorista que marcaria o desenvolvimento político, econômico e social do país. O pano de fundo do processo ideo-político ditatorial, que se iniciava em meados da década de 1960, formava uma “contrarrevolução preventiva” a nível mundial, a fim de resguardar os interesses do capital nacional e estrangeiro. Os resultados, segundo Netto (2008, p. 17), foram:

[...] a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anticomunista.

Esse processo não se desvencilha de padrões socioeconômicos brasileiros galgados na história, mas apenas redimensiona sua dinâmica – vide o latifúndio –, sem contar com a exclusão maciça de qualquer participação política-cidadã nos processos decisórios. Assim, as classes dominantes programaram uma profunda neutralização das forças populares à base da coerção, eliminando os interesses das classes subalternas. Nesse cenário, “o desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil torna-se heteronômico e excludente” (CHASIM apud NETTO, 2008, p. 19).

As consequências da racionalização da produção no mercado de trabalho, segundo Baltar (2006, p. 33), foram guiados pelo “baixo preço do dólar, mantido à custa de levadas taxas de juros”, que provocaram fortes mudanças na composição dos assalariados e na redução do número de contratos de trabalho formal, sendo este último o mais afetado. O autor afirma que “a racionalização da produção envolveu mudanças nos produtos e processos, na tecnologia e nos formatos da organização do trabalho, implicando flexibilização no uso e remuneração da força de trabalho” (BALTAR, 2006, p. 36)¹.

¹ Foi somente em 1972/1973 que os trabalhadores autônomos e as empregadas domésticas foram cobertos por parte dos direitos previdenciários. Em 1971, os trabalhadores rurais também foram incluídos nos benefícios trabalhistas através da criação do Fundo de Assistência Rural (Funrural).

Desse modo, de meados da década 1990 em diante, o enfraquecimento dos direitos sociais e trabalhistas é visível, principalmente diante da proposta de Reforma Neoliberal. Desde então, há um desmonte dos direitos relacionados ao trabalho anteriormente conquistados, evidenciando o retrocesso das lutas e reivindicações dos trabalhadores. As leis trabalhistas, conquistadas com tanto “suor” pelos trabalhadores, são desmoronadas, passando-se a flexibilizar cada vez mais as relações contratuais de trabalho. A título de exemplo dos reflexos desse processo, podemos destacar que, entre os anos de 1996 a 2001, o crescimento do desemprego triplicou, assim como as taxas dos ocupados em trabalhos informais aumentou acentuadamente (GOMES, 2002, p. 69-70).

Como se percebe, a história da formação do mercado de trabalho no Brasil coaduna com as tendências mais heterogêneas, desde o assalariamento formal, até práticas reatualizadas com um verniz mais moderno, como o trabalho domiciliar ou o trabalho informal, sendo este último com maior predominância. A exclusão de grande contingente populacional no mercado formal de trabalho relega-os a trabalhos informais, precários, sem a devida segurança social, quando não expostos ao desemprego em massa. Todo esse processo coaduna com a formação de uma superpopulação relativa que vive às margens do mercado formal de trabalho, mas não apartados do processo permanente de acumulação do capital.

Trabalho ambulante em Rio das Ostras: o trabalho como herança e como experiência²

As relações familiares e afetivas próximas são fundamentais para o ingresso em uma ocupação, principalmente numa sociedade de baixa regulação pública. Em geral, boa parte dos trabalhadores são jovens, idosos ou membros mais vulneráveis da família. Assim,

Ao que tudo indica, a rarefação da regulação formal das relações de trabalho é substituída pelo adensamento da regulação por valores como lealdade, responsabilidade (em relação a jovens e idosos), confiança e também subordinação familiar e dependência econômica dos membros mais vulneráveis ou em processo de formação educacional. (CARDOSO, 2013, p. 62).

Não foi outra a evidência com a qual a pesquisa se deparou entrevistando seis trabalhadores ambulantes. Em especial, com as três mulheres. As narrativas, marcadas seguidamente, comparam as relações sociais do passado e do presente, acentuando suas diferenças na vida cotidiana e trazendo, direta ou indiretamente, o modo de vida do trabalhador ambu-

² Os nomes citados daqui em diante são fictícios para preservar o anonimato dos sujeitos informantes da pesquisa.

lante no modo capitalista de produção, na sua versão periférica dependente. Portanto, perpassam histórias de vida repletas de exploração, sacrifício e sofrimento, mas também histórias de alegria e cumplicidade. Histórias que revelam a forma de subsistência de um grupo marcado pelo preconceito. Histórias que perpassam questões de gênero e cultura; questões socioeconômicas e políticas, entre tantas outras dimensões da vida em sociedade.

As trajetórias ocupacionais das mulheres trabalhadoras permitem identificar a sua participação expressiva na renda familiar através do trabalho ambulante. Os reflexos desse fenômeno também são externos ao grupo doméstico. Isto é, a subordinação da mulher também é transmutada para o espaço público através da baixa remuneração, se comparada à dos homens. Conforme Montali (2004, p. 201), “os arranjos familiares de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho são definidos, articuladamente, pela dinâmica da economia, das relações familiares e das relações de gênero”.

Pensar a mulher trabalhadora ambulante implica considerar as nuances de gênero na sociedade capitalista e sua representação na atualidade, pois acreditou-se durante muito tempo que o lugar da rua e do espaço público era prioritariamente dos homens. Os conflitos são variados advindos dessa percepção, principalmente no tocante às características de tal trabalho, que requer uma força física relativa, a fim do transporte das mercadorias.

O que chama a atenção sobre a trajetória dos entrevistados é a descendência materna com predominância marcante nos relatos. Verifica-se que a linhagem paterna é invisibilizada nos depoimentos, principalmente no tocante ao convívio familiar. Ao analisar as trajetórias geracionais, verifica-se que a família da avó materna é o grupo familiar evidenciado, característica da mulher enquanto construtora da base cognitiva e moral dos filhos na família.

Outro fenômeno é a forte presença de uma mobilidade geográfica das famílias, vivenciando dois momentos migratórios nesse processo. A primeira migração é a da geração ascendente no contexto do ciclo desenvolvimentista brasileiro, que promoveu amplo processo de êxodo rural das famílias que migravam do interior do estado do Rio de Janeiro para a capital ou para cidades mais desenvolvidas. Até as décadas de 1970/1980, conforme Cardoso (2010, p. 253), “tivemos a perda de centralidade da agricultura como carro-chefe da economia e sua substituição pelas atividades tipicamente urbanas, em especial a indústria”. Diversos relatos nas entrevistas tratam da falência de atividades ligadas à agricultura, ou mesmo fechamento de fábricas relacionadas a este ramo da economia. O processo migratório das famílias dos ambulantes estava ligado à transição do mundo rural para o urbano, movido pelo encantamento das promessas de qualidade do trabalho urbano-industrial, o que elevou expectativas de uma possível mobilidade social, fato que não se constatou na realidade.

O segundo processo migratório é de sua geração e de seus descendentes, que experienciam a migração gradativa para a região litorânea do interior do estado do Rio de Janeiro. Essas famílias exploram essa região com o objetivo de obterem maiores rendimentos através do trabalho ambulante, mas inicialmente não fixam residência. Atrelados às características do trabalho ambulante de intensa mobilidade geográfica, essas famílias migram em busca de novos mercados em crescimento para venda e circulação de suas mercadorias. Paralelamente, Rio das Ostras recebe grande fluxo populacional atrelado à expansão da indústria do petróleo e gás na região, o que acarreta maiores circulações de produtos e serviços. Além disso, há um processo acelerado de urbanização e publicização da cidade, enfaixado no marketing da cidade-vitrine ou cidade-modelo. Assim sendo, após certo período exploratório na região, essas famílias se instalam e fixam residência.

Outra característica evidenciada nas entrevistas é a exaltação de uma moral do trabalho, forjada a partir de “mecanismos de adesão ao trabalho e a construção de um referencial ideológico que exalte e legitime o trabalho e a figura do trabalhador brasileiro” (COLBARI, 1995, p. 8). O *éthos* do trabalho se forja no seio familiar, que o transmite de geração a geração junto com as habilidades do ofício.

Maria e Joaquina são exemplos da moral do trabalho evidenciado através do esforço individual. A narrativa delas é marcada pela máxima liberal de que “se você quiser então você consegue (sic)”. O resultado é a reprodução do espírito do negociante capitalista, que mesmo precarizado se diferencia dos outros da classe que estão ao relento, e agora podem ajudá-los através da oferta de trabalho ou do testemunho de vida do “correr atrás” (sic).

Eu já ajudei muita gente aí, porque você há de convir que nesta trajetória nossa aí, tanto a gente ganha, quanto oferece. Porque são portas que abrem pras pessoas que querem trabalhar. E se você tiver disposição de trabalhar é fácil. Vai na prefeitura, abre um protocolo e coloca uma licença no seu nome. Começa pouquinho, depois você vai crescendo. Porque é assim que todo mundo começa. Você não pode ter 100 caixas de bebida em casa, você vai lá e compra 10, né? E você vai conseguindo a mesma coisa que eu (Maria).

Assim, pesquisando o ciclo geracional do trabalhador ambulante e observando a trajetória ocupacional da família, podemos apreender a experiência de vida e de trabalho. Através da investigação da reprodução social da família, com seus aprendizados e experiências, prolongados até os dias de hoje, assim como os pontos de descontinuidade, constatamos como a trajetória ocupacional dos pais – e possivelmente dos avós – influenciou nas escolhas e caminhos trilhados pelo participante, configurando uma trajetória de vida de expropriação histórica. Nenhuma política pública

ou ação do mercado (acesso a emprego) foi capaz de reverter esse quadro social, o que é digno de reflexão apurada sobre a experiência de classe.

Thompson (1998, p. 17) nos auxilia a pensar que esse “aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações”. Assim sendo, o conhecimento passado de geração a geração não se desvanece com a educação formal, pois, por mais que a futura geração apresente uma mobilidade social maior se comparado com a geração anterior, suas trajetórias ocupacionais não disporão de muitos horizontes alternativos além da de seus antecedentes. A história de vida dos sujeitos em questão, ainda que estes alcancem melhores patamares, está sobre condições objetivas e subjetivas semelhantes às inseridas num universo de exploração. Para Thompson (1998), os costumes da vida proletária são transmitidos através da história de seus antepassados, considerando as condições reais da reprodução da classe trabalhadora e as relações sociais estabelecidas, tanto social, quanto cultural, econômica e política.

A fase adulta representa um novo ciclo de vida e a formação da família tende a se apresentar como um desafio. Na pesquisa, verificamos que somente através desse novo ciclo é que são criadas maiores responsabilidades para o início do trabalho ambulante. Foi assim no caso da mãe de Joaquina, que conheceu o universo do trabalho ambulante através de seu marido.

Papai era feirante, trabalhava como feirante, ambulante, tá entendendo?! Mamãe conheceu o trabalho ambulante através de papai. Ele trabalhava na feira, no Rio Comprido. Minha mãe casou com 13 anos, entendeu?! Minha avó teve mamãe com 13 anos. Entendeu como é que foi o negócio?! (Joaquina)

Como se vê, a formação de uma nova família é um ciclo importantíssimo na história de vida do entrevistado, marcando sua trajetória ocupacional. Esse período gera responsabilidade e compromisso a partir de um novo sentido afetivo do sujeito. De uma forma incisiva, esse processo social assinala decisivamente a direção a ser percorrida em sua trajetória no trabalho ambulante: a trajetória ocupacional é transmitida por gerações.

Assim, apesar de a trajetória geracional estar atrelada ao trabalho ambulante, a identificação ou *status* de trabalhador só germina a partir da formação da família. O novo ciclo de vida é o marco da responsabilização não só enquanto indivíduo, mas enquanto família. Mais que determinante de integração, as redes sociais informais, através da família, amigos e vizinhos, constituem-se em fator importante, embora não exclusivo, de ingresso dos trabalhadores no trabalho, como viemos demonstrando.

Portanto, o novo ciclo que se inicia, na maioria das vezes, evidencia tanto o acontecimento histórico particular como também a herança

que atravessa os tempos para as gerações, traçando as marcas de expropriação social dessa camada de trabalhadores. Por isso, muitas vezes, essa transição do trabalho ambulante não é rompida, principalmente a partir desse novo ciclo.

O bico é o emprego no mercado formal ou o bico é o trabalho ambulante?

A famosa frase “fazer ‘bico’”, que se deflagra quando perguntamos ao trabalhador sobre sua ocupação, é intrigante. A primeira análise que nos aponta é a total indefinição sobre o que seria “fazer bico”. Que modalidade ou categoria de trabalho é esse, se é que existe uma classificação exata para o trabalhador que exerce tal atividade?

Antes de adentrarmos nas narrativas, faz-se necessário uma breve explanação sobre as características do que a classe proletária chama de “bico”, a fim de entendermos o sentido empregado na pesquisa que se põe às avessas pelo trabalhador ambulante. O trabalhador que faz o “bico” se encontra inserido em trabalhos que são de natureza intermitente e isolado, configurando-se pela não permanência em um mesmo ramo de atividade. O “bico” normalmente se insere em trabalhos informais, terceirizados ou algum tipo de prestação de serviço, sendo contratos por um período de tempo determinado. No caso, o trabalho ambulante se configura como um “bico”, diferentemente do trabalho formal, que tem características diferentes, pois ocorre uma continuidade do trabalho.

Nos depoimentos, encontramos essa modalidade de trabalho às avessas, ou seja, o assalariamento formal do trabalho é empregado como uma espécie de “bico”; assim, ganha centralidade o trabalho ambulante que se configura subjetivamente como trabalho formal para esse trabalhador. A ocorrência da confusão terminológica é deflagrada nos depoimentos dos trabalhadores ambulantes.

Isso nos permite indagar se a “renda é alternativa” efetivamente, ou se é o elemento mais capilar da inserção laborativa através do trabalho ambulante. Vêm à tona novos significados e implicação sobre o próprio objetivo do Programa Renda Alternativa, não sendo mais uma alternativa para o trabalhador, mas condição primordial para sua reprodução social.

Um aspecto a ser ressaltado também é o trânsito entre o trabalho formal e o trabalho informal (e vice-versa), que foi recorrente nos depoimentos dos entrevistados. Cacciamali (1994) analisa esse processo como típico da estrutura social brasileira, indicando que o alargamento ou o retraimento da absorção da força de trabalho para o ingresso no trabalho informal depende, muitas vezes, não só das políticas públicas voltadas para tal, mas também, e principalmente, da movimentação da engrenagem da produtividade do trabalho formal.

Quanto à organização política e coletiva dos trabalhadores ambulantes, em geral, verificamos a experiência vivida por alguns e sua forma de enfrentamento a fim de amenizar as condições aviltantes de trabalho, bem como suas estratégias criadas por meio das redes de solidariedade entre os próprios trabalhadores. Quanto ao seu intento, percebe-se que o associativismo significou, para alguns trabalhadores, formas coletivas diferenciadas de inserção na esfera pública, visando visibilizar as condições precárias de trabalho ambulante no município. Porém, não significou efetivamente mudanças substantivas nas relações de trabalho na prática do ambulante, tanto em sua legitimidade enquanto organização coletiva de trabalhadores, quanto no tocante à relação conflituosa com o governo local.

O que se evidencia nas falas dos entrevistados sobre a organização política dos trabalhadores é a sua externalidade. As características da forma de organização local e a reduzida mobilização fazem com que esse tipo de iniciativa seja compreendido mais pelo seu elemento assistencial ou potencialmente de ajuda do que como organização de classe. Assim, a noção de cidadania como participação é restrita, elucidando que o associativismo não é uma experiência contínua, pois um dos entraves passa pela heterogeneidade e a fragmentação dos trabalhadores informais, empecilhos para a construção de interesses comuns.

No contexto regional de depreciação econômica de outras cidades, Rio das Ostras serviu como “caminho das pedras” para trabalhadores migrantes desempregados, diante do incremento da indústria do petróleo e gás na região. As transformações socioeconômicas das últimas décadas atingem especificamente esse universo particular de trabalhadores. São apreciadas através das intermitências das trajetórias ocupacionais, principalmente diante das exigências da indústria do petróleo e gás a respeito de conhecimentos técnicos mínimos, como escolaridade e certas habilidades, o que dificulta o ingresso desses trabalhadores. Estes têm a sua “socialização” no mercado de trabalho urbano e informal por meio dos arranjos familiares para lidar com essa realidade social.

Esse processo de transformação inédita na cidade requer maior circulação de pessoas, produtos e serviços para suprir as suas necessidades. Como o trabalho informal mantém relações próximas com o trabalho formal, na maioria das vezes, o movimento das vendas do trabalhador ambulante dependerá dessa relação com os trabalhadores assalariados. Assim, as rendas adquiridas pelos trabalhadores ambulantes têm diminuído, conforme fala de alguns entrevistados, “devido à diminuição do poder de compra dos trabalhadores assalariados e dos desempregados [...]” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 430). Além disso, há grande concorrência entre os próprios trabalhadores ambulantes, “pois o número desses trabalhadores é cada vez mais crescente, levando-se a obter apenas o necessário para sua subsistência” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 430).

Assim, as transformações socioeconômicas da cidade expressam novos mercados de consumo para as mercadorias dos trabalhadores ambulantes advindos de outras regiões saturadas economicamente. Essas transformações absorveram pessoas de diversos lugares e, além disso, apesar do aumento relativo no nível de escolaridade nos últimos anos, esse processo não ocasionou o ingresso dos trabalhadores no mercado formal de trabalho. Essa dinâmica se agrava na região através dos impactos trazidos pelo intenso desenvolvimento das indústrias de petróleo e gás que resultam na não absorção da força de trabalho que advém de outras regiões, engendrando uma superpopulação relativa para o capital no município. Além de atingirem, sobremaneira, as relações estabelecidas entre os próprios trabalhadores ambulantes, acirram as relações sociais com seus pares expressos no aumento de ambulantes na cidade. Portanto, a disseminação e recorrência das práticas do trabalho ambulante através do ciclo familiar é consequência dos processos de transformações socioeconômicas do trabalho das últimas décadas, intensificando as formas de precarização do trabalho.

Considerações finais

De uma forma geral, a pesquisa revelou que as gerações das famílias dos trabalhadores ambulantes são marcadas pela experiência laborativa da insegurança e da precariedade do trabalho. A reprodução da família proletária aparece nos depoimentos como testemunho vivo de expropriação social. A partir da reflexão desse vivo material, a pesquisa evidenciou que é na família, e não no mercado ou no Estado, que o modo de reprodução social é transmitido: de pai e mãe para filhos. Nesse sentido, a família aparece como a ponte para ingresso no trabalho ambulante.

Identificamos que, apesar do nível de escolaridade, de modo geral, ter aumentado entre uma geração e outra, o processo de deterioração das probabilidades de inserção ocupacional foi uma constante, restando inserções precárias e informais. Além disso, o trabalho infantil é uma constante nas trajetórias dos trabalhadores ambulantes, marcando inclusive a ruptura com a trajetória escolar dos entrevistados, dos seus antecedentes e descendentes, impossibilitando melhoria nas condições de vida.

Esse processo aproxima os ambulantes entrevistados da experiência de parcela significativa da família proletária brasileira, na qual a promessa de transição da escola para o trabalho é uma quimera distante pela inserção precoce no mercado de trabalho. As urgências básicas da reprodução da força de trabalho e da família parecem ser marcadores de classe importantes da experiência proletária. Essas talvez sejam condições materiais de existência que estimularam a mentalidade da viração, do estar por conta própria.

As relações sociais estabelecidas com seus pares, com a política local e com as formas de organização política, também foram destacadas. As correlações de forças com o governo local estão intimamente ligadas à forma de organização política dos trabalhadores ambulantes, influenciando seu exercício ocupacional. Constatou-se que a experiência de organização desses trabalhadores não operou transformações substantivas nas relações de trabalho do ambulante, tanto em sua legitimidade enquanto organização coletiva de trabalhadores, quanto no tocante à relação conflituosa com o governo local.

Nessa passagem da exposição da pesquisa apreciamos que as mudanças locais recentes trazidas pela indústria do petróleo repercutiram sobre o trabalho dos ambulantes. Enfatizamos que as transformações socioeconômicas de Rio das Ostras colocam a cidade como escoadouro de consumo para as mercadorias dos trabalhadores ambulantes advindos de outras regiões saturadas economicamente, ao passo que absorvem trabalhadores de vários lugares. Ademais, que, apesar do aumento relativo no nível de escolaridade nos últimos anos, esse processo não ocasionou o ingresso ou o melhor posicionamento dos trabalhadores no mercado formal de trabalho.

Esse processo se intensifica na região através dos impactos trazidos pelo desenvolvimento das indústrias de petróleo e gás que resultam na não absorção da força de trabalho que advém de outras regiões, engendrando uma população sobrando. Isso afeta sobremaneira as relações estabelecidas entre os próprios trabalhadores ambulantes, acirrando as relações com outros trabalhadores devido ao aumento de ambulantes na cidade.

Assim, o pressuposto principal da pesquisa é de que o trabalho ambulante acomete gerações de trabalhadores como consequência do desenvolvimento desigual e dependente do capitalismo, que não oferta emprego para todos, e de que os processos de transformações socioeconômicas das últimas décadas intensificam as formas de precarização do trabalho. Essa dinâmica se agrava na região em estudo através dos impactos trazidos pelo intenso incremento das indústrias de petróleo e gás que não absorvem a força de trabalho disponível, criando uma superpopulação relativa para o capital no município. A expropriação do direito ao emprego empurra os trabalhadores para experiências laborativas inseguras, incertas e sem proteção social. A repetição dessa história entre familiares amplia a percepção da perenidade da expropriação social entre gerações de trabalhadores.

Em suma, como dito antes, a experiência de trabalho dos ambulantes é entrecortada por formas laborativas variadas, por baixa qualificação profissional, por dependência dos familiares e de ações públicas do Estado e por associativismo. As formas organizativas e coletivas dos trabalhadores ambulantes engendram uma nova morfologia das lutas sociais a partir da nova morfologia do trabalho. Esses espaços de reflexão e questionamento, enquanto lócus privilegiado da suspensão da vida cotidiana,

seriam uma ferramenta indispensável para a efetivação real das características objetivas e subjetivas do trabalhador ambulante no modo de produção capitalista, bem como pensar em novas estratégias de legitimação desse tipo de trabalho perante a sociedade.

Referências

- ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BALTAR, P. E. de A. Racionalização da produção, emprego e trabalho. In: MORETTO, C. F. (org.). *Trabalho e trabalhadores: significados e significâncias*. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BARBOSA, A. de F. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- CACCIAMALI, M. C. A economia informal 20 anos depois. *Revista Eletrônica Indicadores Econômicos FEE*, v. 21, n. 4, 1994. Disponível em: revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/626. Acesso em: 13 maio 2013.
- CARDOSO, A. *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- CARDOSO, A. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COLBARI, A. L. *Ética do trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo: Letras & Letras, 1995.
- GOMES, A. de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GOMES, M. de F. C. M. (org.). *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.
- KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MONTALI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *Revista bras. est. pop.*, Campinas, v. 21, n. 2, jul./dez. 2004.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2008.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOI: 10.12957/rep.2019.42514

Recebido em 08 de dezembro de 2018.

Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.